



Comissão de Orçamento e Finanças

**Relatório de discussão e votação, na especialidade,
do texto**

do Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.º (PSD) – “Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores” e do Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.º (PS) – “Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores”

Resultante da reunião ocorrida na Comissão de Orçamento e Finanças a 21 de outubro de 2021

1. Nota Introdutória

O Projeto de Lei n.º 678/XIV/2.ª (PSD) – “*Aprova o quadro legal complementar de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e defesa dos consumidores*” deu entrada na Assembleia da República a 17 de fevereiro de 2021, foi admitida a 19 do mesmo mês, data em que baixou, na generalidade, à Comissão de Orçamento e Finanças (COF).

Por sua vez, o Projeto de Lei n.º 781/XIV/2.ª (PS) – “*Aprova um regime de prevenção da atividade financeira não autorizada com vista à tutela dos direitos dos consumidores*”, deu entrada na Assembleia da República a 7 de abril de 2021, data em que foi admitida e baixou, na generalidade, à Comissão de Orçamento e Finanças (COF).

Ambas as iniciativas foram discutidas e votadas, na generalidade, na sessão plenária de 22 de abril de 2021, data em que baixaram à COF para apreciação na especialidade.

No âmbito dos trabalhos da especialidade, a COF solicitou e obteve pareceres das seguintes entidades:

- Parecer - Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN)
- Parecer - CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados
- Parecer - Ordem dos Advogados
- Parecer - Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (OSAE)
- Parecer Conselho Superior da Magistratura
- Parecer - Centro Nacional Cibersegurança
- Parecer - Ordem dos Notários
- Parecer - Direção Geral do Consumidor
- Parecer - ASAE
- Parecer - Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF)
- Parecer - Associação Portuguesa de Imprensa
- Contributo Conselho Superior do Ministério Público

Foram ainda realizadas audições às seguintes entidades:

- Audição em 2021-06-07 com ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
- Audição em 2021-06-01 com DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
- Audição em 2021-05-31 com Banco de Portugal
- Audição em 2021-05-31 com CMVM - Comissão de Mercados e Valores Mobiliários
- Audição em 2021-05-25 com ANICA - Associação Nacional de Intermediários de Crédito Autorizados
- Audição em 2021-05-25 com ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações

Foi fixado o prazo de 18 de outubro de 2021 para propostas de alteração às iniciativas, tendo os GP PS e PSD apresentado um texto conjunto (Texto de substituição). O GP PSD apresentou ainda uma proposta de alteração (Proposta de Alteração do GP do PSD).

2. Discussão e votação na especialidade

A discussão e votação das iniciativas, decorreu com a presença do GP PS, GP PSD, GP BE, GP PCP, GP PAN e DURP CH (por videoconferência), na ausência do GP CDS-PP e DURP IL

Entrando na discussão, a Senhora Deputada Vera Braz (PS) começou por saudar o texto conjunto alcançado com o PSD, embora com um último percalço que existiu no fim. Disse assim estar contente com esta iniciativa servirá para proteger os consumidores. Mais referiu que as 2 propostas de alteração apresentadas pelo PSD levantam algumas reservas, nomeadamente a questão do instrumento bancário, que a seu ver deveriam passar pelo Código Civil e a questão do Banco de Portugal atendendo ao parecer do próprio, não sendo benéfico e sem impacto para o que se pretende. Concluiu contudo, dizendo saudar o alcançado pela iniciativa.



Comissão de Orçamento e Finanças

O Senhor deputado Hugo Carneiro (PSD) referiu que se for conseguida a aprovação desta iniciativa, dá-se um passo mais no sentido de proteger o cidadão. Assim, não mudando o mundo, dá-se mais um passo nesse sentido. Referiu por fim que as propostas do PSD visam apenas reforçar ainda mais a proteção conferida.

Passou-se de seguida à votação do texto da iniciativa, nos termos que constam do guião de votações *infra*, em anexo.

Palácio de São Bento, 21 de outubro de 2021

O Presidente da Comissão,

(Filipe Neto Brandão)

ANEXO
ARTICULADO

Artigo 1.º
Objeto

↪ N.º 1 do artigo 1.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º

Aprovado por unanimidade

↪ Corpo do n.º 2 do artigo 1.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 2.º
Dever geral de abstenção

↪ Alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º

Aprovado por unanimidade

↪ Corpo do n.º 1 do artigo 2.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 2 do artigo 2.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 3.º
Publicidade a produtos e serviços financeiros por entidade não habilitada

↪ N.º 1 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 2 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 3 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea a) do n.º 4 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea b) do n.º 4 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea c) do n.º 4 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea d) do n.º 4 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

↪ Corpo do n.º 4 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

▸ N.º 5 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

▸ N.º 6 do artigo 3.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 4.º
Dever de consulta de Conservadores, Notários, Solicitadores, Advogados, Oficiais de registo ou Câmaras de Comércio e Indústria

↪ Alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

↪ Alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

↪ Corpo do n.º 1 do artigo 4.º (1ª parte)

Aprovado por unanimidade

↪ Corpo do n.º 1 do artigo 4.º (2ª parte)

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 2 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

▸ N.º 3 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

▸ N.º 4 do artigo 4.º

Aprovado por unanimidade

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento do n.º 5 ao artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento do n.º 6 ao artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento do n.º 7 ao artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento do n.º 8 ao artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento do n.º 9 ao artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento do n.º 10 ao artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Emenda da epígrafe do artigo 4.º

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

▸ Proposta de alteração do PSD – Aditamento de novo artigo 4.º-A

Artigo 4.º-A
Dever de menção especial em escritura pública ou documento particulares autenticado relativo a contratos de mútuo civil

Favor	PSD + BE + PCP + PAN
Contra	
Abstenção	PS

Aprovado

Artigo 5.º
Reforço da informação pública

→ N.º 1 do artigo 5.º

Aprovado por unanimidade

→ N.º 2 do artigo 5.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 6.º
Ações de capacitação

→ Artigo 6.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 7.º
Dever de cooperação da Administração

↳ N.º 1 do artigo 7.º

Aprovado por unanimidade

↳ N.º 2 do artigo 7.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 8.º
Bloqueio de sítios eletrónicos e remoção de conteúdo ilícito

↪ N.º 1 do artigo 8.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 2 do artigo 8.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 3 do artigo 8.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 4 do artigo 8.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 9.º
Informação aos consumidores

↪ N.º 1 do artigo 9.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 2 do artigo 9.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 3 do artigo 9.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 10.º
Regime sancionatório

↪ N.º 1 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 2 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 3 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 4 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 5 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 6 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 7 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 8 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade



Comissão de Orçamento e Finanças

↪ N.º 9 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

↪ N.º 10 do artigo 10.º

Aprovado por unanimidade

Artigo 11.º
Entrada em vigor

↪ Artigo

Aprovado por unanimidade

FIM